

NOTA DE REPÚDIO À PEC 241/55

O Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) se posiciona contrário à proposta de emenda constitucional (PEC) 241 aprovada em duas votações na Câmara de Deputados e submetida ao Senado, sendo então denominada PEC 55, a qual institui um novo regime de gastos públicos. Nesse projeto, o Governo terá como balizador, durante 20 anos, o orçamento do ano anterior corrigido pela inflação, incluindo áreas da saúde, educação e assistência social. A proposta prevê o fim da vinculação constitucional dos impostos arrecadados para investimentos em saúde e educação, um retrocesso considerando os grandes avanços dos últimos 15 anos.

Este CONSUNI não concorda com interesses meramente econômicos que impliquem em medidas austeras, que afetam diretamente a saúde e educação, ocasionando uma maior exclusão social. Acreditamos que uma análise rigorosa do orçamento da União não poderia deixar de mencionar o grande volume de recursos envolvidos em renúncias de receitas, desonerações fiscais, falta de combate à sonegação e baixa tributação sobre riquezas. É preciso cumprir a Constituição e realizar a auditoria da dívida pública; rever o pagamento de juros; encargos e amortização das dívidas interna e externa. No texto dessa PEC, não há nenhuma regra que limite os recursos envolvidos nessas operações, favorecendo a grupos financeiros ligados a uma lógica neoliberal injusta e excludente.

A premissa básica apresentada para justificar a proposta da PEC, ou seja, a de que houve grande elevação no volume de recursos financeiros aplicados em educação, saúde, previdência e assistência social não se sustenta, uma vez que as despesas primárias do Governo se estabilizaram, desde 2005, em valores em torno de 22% do PIB. Cabe ressaltar que se esta PEC estivesse em vigor no período de 1999 a 2015 (apenas 16 anos), os recursos destinados ao conjunto das universidades federais, tendo como base o mês janeiro de 2016, alcançaria o corte do montante de R\$ 196,8 bilhões.

Sabemos o quanto esse aporte orçamentário foi essencial para criação, consolidação e manutenção das novas Instituições de Ensino Superior, tal como a nossa UNIPAMPA.

O que está em pauta é o futuro da Nação, que depende fundamentalmente da educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade. Acreditamos que as consequências de sua implementação serão nefastas tanto para a educação quanto para a saúde, bem como todos os programas sociais que são desenvolvidos no âmbito do

Governo Federal. Salienta-se que isso impossibilitará o alcance das metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE).

Por esse motivo, repudiamos as regras a serem estabelecidas em relação ao orçamento para educação, saúde e desenvolvimento social e não aceitaremos qualquer tipo de represália a qualquer cidadão/ã que venha a se manifestar contra essa ou qualquer outra medida governamental que afronte os direitos inalienáveis dos/as brasileiros/as.

Membros do Conselho Universitário da UNIPAMPA